

Ata da XXIV Reunião Ordinária

03 de Agosto de 2011.

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, no Auditório do Anexo I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a XXIV Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. 1. Aprovação da Ata da XXIII Plenária e da Pauta – 9h; dois. Informes – 09h10; 3. Homenagem do Consea ao José Graziano da Silva – recém-eleito Diretor Geral da FAO – 2012 a 2015 – 9h20 às 11h00: 9h20 - Saudação – Renato Maluf – Presidente do Consea, 9h45 – Saudação Ministra Luiza Bairros – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência; 9h25 - Saudação - Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 9h35 – Saudação – Ministro Gilberto Carvalho – Secretaria-Geral da Presidência da República, 9h55 - Manifestações dos participantes da Plenária, 10h30 - Entrega do prato de homenagem ao Sr. José Graziano da Silva, 10h25 - Saudação – José Graziano da Silva – recém-eleito Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO; 4. Papel da Saúde no alcance da Segurança Alimentar e Nutricional – Ministro Alexandre Padilha – Ministério da Saúde – 11h00 às 13h: 11h00 – 11h45 – Apresentação do Ministro Alexandre Padilha, 11h45 – 12h15 – Contribuições do Consea – Marília Leão (coordenadora da CP1/3) e Dourado Tapeba (coordenador da CP6), 12h15– 13h – Debate; INTERVALO ALMOÇO – 13h a 14h; 5. Deliberações sobre encaminhamentos das CP's e GT's – 14h; 6. Informe sobre o processo de elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS - 15h; 7. Instalação da Comissão de Transição do mandato do Consea – 16h; 8. Informes sobre a preparação da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Comissão Organizadora da 4ª Conferência - 17h às 17h30; 9. Encerramento – 17h30. Renato Maluf, Presidente do Consea, deu por aberta a Sessão, cumprimento a todos os presentes. E passou ao Ponto de Pauta 1. Aprovação da Ata da XXIII Plenária e da Pauta – 9h: A ata da XXIII e pauta desta reunião foram aprovadas, por unanimidade. Composição da 1ª Mesa: Renato Maluf, Presidente do Consea Nacional; José Graziano da Silva – Recém-Eleito Diretor Geral da FAO; Ministra Luiza Bairros – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência; Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Deputado Nazareno Fonteles, Presidente Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional. Passou-se ao Ponto de Pauta 3. Homenagem do Consea ao José Graziano da Silva – recém-eleito Diretor Geral da FAO – 2012 a 2015 – 9h20 às 11h00: 1) 9h20 - Saudação – Renato Maluf – Presidente do Consea, após a abertura da reunião, abordou 4 pontos, segundo

os quais considerou fundamentais para credenciar José Graziano ao cargo de Diretor Geral da FAO: sua trajetória de pesquisador, militância na causa da Segurança Alimentação e Nutricional, seu desempenho no Governo Lula e na construção das políticas públicas. Renato Maluf considerou que a vitória de Graziano é também uma vitória brasileira, coletiva. Destacou a responsabilidade do Brasil para com o mandato de Graziano e também como ator global, especialmente no campo de SAN, mostrando ao mundo o que é feito no nosso País, revisando sua própria experiência na construção do sistema alimentar. Renato Maluf salientou que o Consea tem se manifestado sobre a crise mundial dos alimentos, insistindo que essa crise não é desequilíbrio passageiro e nem conjuntural, mas ela traz à tona características do sistema alimentar global muito preocupantes. Há uma crise na governança global da Segurança Alimentar Mundial, para a qual, segundo o Consea, a resposta à crise é o multilateralismo. Renato falou da importância do Comitê de Segurança Alimentar da FAO. Falou também dos desafios a serem enfrentados por Graziano, como a recuperação do reconhecimento e a legitimidade da FAO no contexto internacional, ou seja, recuperar a presença da FAO em um mundo controlado por um pequeno número de países poderosos que controlam grandes corporações que têm ditado os rumos do sistema alimentar global em muitas das suas principais características. Maluf falou de seu orgulho pela vitória de Graziano na eleição da FAO. E pôs o Consea à disposição para apoiá-lo nos seus trabalhos na FAO. Concluiu sua fala lendo uma mensagem, em homenagem a Graziano, enviada por Ana Maria de Castro, filha de Josué de Castro, patrono do Consea. 9h45 - Manifestações dos participantes da Plenária, começando por Antônio Ricardo Domingos da Costa, que considerou a vitória de Graziano uma vitória mundial, posto que, segundo Dourado, o mundo precisa de pessoas que lutem pela erradicação da fome no mundo. Em nome dos povos indígenas do Brasil, Dourado disse acreditar na atuação de Graziano à frente da FAO. E ainda, que a vitória dele é também uma vitória do ex-presidente Lula, que durante suas viagens, quando Presidente, articulou com outros Países e Chefes de Estado para apoiarem o Brasil e Graziano nessa empreitada. Alessandra Lunas, Vice-Presidente e Secretária de Relações Internacionais da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), felicitou o Deputado Nazareno Fonteles pelo relançamento da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional. Salientou, em nome do GT Internacional do Consea, a importância deste momento de comemoração e da contribuição brasileira na renovação da FAO. Falou do respaldo colocado, durante as eleições da FAO, para o Brasil e para as políticas públicas de combate à fome construídas no País. Disse que o legado do Governo Brasileiro no que tange à luta pelo combate à fome, construído conjuntamente com a sociedade civil, vai ser o grande diferencial dentro da FAO. Falou que para garantir que a sociedade civil atue como membro efetivo do Conselho de Segurança Alimentar da FAO, é preciso que se discuta a questão financeira, posto que muitas organizações da sociedade de civil de vários continentes não têm condições financeiras de estar naquele espaço. Finalizou, convidando os presentes para participarem da Marcha das Margaridas, a ser realizada em Brasília, nos dias 16 e 17/08/2011. Elisângela dos Santos, Coordenadora Geral da Fetraf, falou da importância da sociedade civil no processo de eleição de

Graziano. Disse que o Brasil tem condições de ajudar outras Nações que estão em situações de pobreza muito mais complicadas do que vive nosso País hoje. Mencionou o orgulho de ouvir agradecimentos ao Brasil, no momento da eleição de Graziano, em Roma, o que a deixou com mais vontade de lutar por um Brasil e um mundo cada vez melhores. Disse que esse processo é um reconhecimento à pessoa de Graziano e à sua história de dedicação e contribuição na área do combate à fome. Para ela, esse debate trará à FAO inovação e adequação nas suas posições e ações, contribuindo, assim, para a erradicação da miséria no mundo. Parabenizou pelo momento vivido pelo Brasil e disse do orgulhos da Agricultura Familiar Brasileira ter espaço na FAO. Disse também acreditar na capacidade de José Graziano e do Governo Brasileiro em trazer outra realidade para o Brasil e para o mundo. Desejou muita energia boa e muito sucesso a José Graziano. Francisco Antônio Fonseca Menezes, Diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), falou da alegria de ver José Graziano na condição de Diretor Geral da FAO. Em seguida, leu uma manifestação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, onde saúda com muito entusiasmo a eleição de José Graziano como Diretor-Geral da FAO. Dizendo que sua eleição significa, entre tantas outras coisas, o reconhecimento da importância do Brasil no mundo. Significa também o reconhecimento de que a participação social é elemento chave para superação de grandes desafios que o mundo enfrenta na agricultura e na alimentação, significando também muitas esperanças aos mais pobres. Considerou que a FAO deve fazer a defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada como modelo estruturante das políticas públicas para os seus países membros. Ressaltou a necessidade de uma reforma estruturante da FAO, aproximando-se da realidade dos países em desenvolvimento e defendendo a Agricultura Familiar e a agricultura de pequena escala, como estratégia de redução da pobreza e autonomia dos povos, garantindo, assim, a efetiva participação da sociedade civil dos seus países membros. Disse que o Brasil está consciente da importância de uma atenção especial aos povos indígenas e populações negras e populações tradicionais. Dessa mesma maneira devem ser pensados na FAO esforços para esses grupos mais vulneráveis em todo o mundo. Foi reafirmada a importância da Cooperação Sul/Sul. Por fim, dentre outros temas, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional assinalou a oportunidade para que seja estimulada a afirmação do modelo agroecológico como sistema agrícola que garanta sustentabilidade, preserve os recursos naturais e traz autonomia para os agricultores, fortalecendo a soberania alimentar para os povos locais e nacionais e promover a saúde pública através da produção de uma alimentação saudável. Concluiu sua fala, desejando a José Graziano êxito em sua nova responsabilidade e prontificou-se a estar mobilizado frente aos grandes desafios enfrentados por Graziano. Adriano Campolina, Diretor da ActionAid/Brasil, começou falando do orgulho por ter sido Graziano eleito Diretor Gral da FAO. Falou, em nome da ActionAid e da Campanha Alimentação - Direito de Todos, que a eleição do professor Graziano é o reconhecimento de sua trajetória e das várias batalhas coletivas travadas pela Sociedade Civil, Governo e Parlamento, na busca do reconhecimento ao direito humano à alimentação, da soberania e segurança alimentar e nutricional. Disse, sobre a crise mundial de alimentos, que esta é uma crise sistêmica e

não estrutural, pois não se trata simplesmente de um momento conjuntural de desajuste de demandas e ofertas, mas da falha estrutural de um determinado modelo de produção e distribuição de alimentos. O desafio posto é, através da eleição do professor Graziano e a partir das conquistas da sociedade brasileira, construir uma alternativa estrutural a esse modelo neoliberal, que falhou de maneira inquestionável em 2008. A eleição de Graziano é uma excelente oportunidade para transformar esse modelo neoliberal e levar as conquistas coletivas da sociedade brasileira na área das políticas públicas de segurança e soberania alimentar para um nível global. Campolina enfatizou que seu desejo é que a eleição de Graziano seja mais um elemento na luta para derrotar um modelo de produção e distribuição de alimentos, que é instável e que concentra renda e terra e gera fome. Disse que não se trata simplesmente de medidas conjunturais ou paliativas, mas de se buscar juntos a construção de um outro modelo que seja baseado efetivamente no fortalecimento da agricultura familiar, camponesa, indígena, na reconquista do papel do Estado nas políticas públicas de segurança alimentar e produção e também no fortalecimento das mulheres agricultoras como elemento fundamental no combate à fome. Demonstrou confiança de que a eleição de Graziano significa a oportunidade de uma nova liderança global, que busque a construção de outro modelo que o Brasil provou para o mundo inteiro que é possível, que é o combate à fome a partir das alternativas da agricultura familiar e das políticas públicas. Assim, desejou muita sorte diante do desafio imenso a ser enfrentado. E pôs-se solidário na construção desse processo. E solicitou que Graziano leve para Roma e para o mundo a experiência do Consea na construção de políticas públicas, como o PNAE, PAA e a Emenda Constitucional 64, que trata do Direito Humano à Alimentação, e a construção coletiva de políticas públicas, mas fundamentalmente que leve à FAO também a habilidade e a disposição para o debate franco e aberto sobre as contradições dos modelos de desenvolvimentos que estão presentes no nosso País. (10h30 - Entrega do prato de homenagem ao Sr. José Graziano da Silva: entrega de placa da Campanha Alimentação: Direito de Todos promovida pela ActionAid, e do Prato da Arte Tapeta). 9h45 – Saudação Ministra Luiza Bairros – Secretária de Promoção da Igualdade Racial da Presidência, fez coro às manifestações feitas anteriormente em relação à importância da presença do Brasil na Direção da FAO. O que, segundo ela, significa o amadurecimento brasileiro nas suas propostas de políticas de segurança alimentar e nutricional. Disse que todos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial se somam às expectativas apresentadas em relação ao significado da presença brasileira na FAO para o futuro do Brasil. A Ministra reforçou o desejo de poder fortalecer ainda mais o trabalho que tem sido feito na área da segurança alimentar no que diz respeito às comunidades tradicionais. Disse que através do MDS, o Governo Federal tem feito um trabalho mais específico de conhecimento das comunidades quilombolas. Através do qual se tem encontrado índices bastante preocupantes com relação à desnutrição e à baixa qualidade alimentar nessas comunidades. Outro desafio apresentado é o de retirar um pouco o peso do uso de ações emergenciais, para que essas comunidades possam ter acesso a possibilidades e iniciativas mais sustentáveis. Agradeceu ao Consea por participar desta reunião e parabenizou o professor Graziano. Renato Maluf convidou a

Ministra para debater mais os temas relacionados à Promoção da Igualdade Racial. E disse que o Consea tem debatido a questão étnico-racial, e ainda que o tema das comunidades tradicionais ocupe um papel de destaque na agenda deste Conselho. Deputado Nazareno Fonteles, Presidente Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional, disse que a Frente teve a oportunidade, a convite de Graziano, na FAO da América Latina, de servir de exemplo para criar a Frente de Combate à Fome na América Latina e Caribe, ao que agradeceu a Graziano. Considerou este um momento para celebrar e agradecer a Deus e a todos que contribuíram de forma anônima ou mais visível para que as políticas públicas se tornassem realidade. Considerou-se otimista com o Congresso Nacional, pois mais cedo ou mais tarde ele se renova. Considerou a vitória de Graziano uma vitória de todos. Disse ter esperança para que haja não só uma Frente Parlamentar, mas sim várias Frentes espalhadas por todos os continentes: de combate à fome, à miséria, pelo direito à alimentação, pela segurança alimentar nutricional. Que essa proposta deve ser pregada na gestão de Graziano como meta para o mundo, para em 2025 ser erradicada a fome no mundo. Agradeceu ao Consea pelo apoio que tem dado à Frente Parlamentar, e a Graziano por ter ajudado a Frente a se propagar pela América Latina. Considerou que o Itamaraty deve repensar o Parlamento, para este seja visto como um Poder de Estado, quando estiver fora do País. Por último, agradeceu a Deus e aos presentes pelo relançamento da Frente Parlamentar de Combate à Fome e pela vitória de Graziano nas eleições da FAO. *(Entrega de prêmio a José Graziano, por Rosângela Sousa, em nome do Consea/PI). 9h25 - Saudação - Ministra Tereza Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, falou da alegria e honra de estar nesta Plenária representando o MDS e o Governo, neste momento de homenagem. Disse que todos os brasileiros devem se sentir honrados com a eleição de Graziano. Ela acredita que, em especial, o Consea se sente também prestigiado e homenageado com essa eleição. Considerou que esta homenagem de hoje deve ser muito cara para José Graziano, visto a emoção por ele demonstrada. Falou da multiplicidade de qualidades que Graziano tem. Mencionou o orgulho do Brasil pela vitória de Graziano, dizendo que esta é o resultado da trajetória e da luta dele. Disse que Graziano consegue ser um grande especialista em desenvolvimento econômico, em políticas agrárias e ao mesmo tempo ser um generalista, o que é uma grande qualidade para um homem público. O desafio a ser enfrentado pelo Estado Brasileiro, segundo a Ministra, é a construção de uma agenda transversal e intersectorial. Disse que Graziano tem dado, ao longo de sua história de militância nas políticas públicas, contribuições para que isso ocorra, em especial dentro do Governo do Presidente Lula, destacando o PAA, o PNAE, e a agenda da Alimentação Escolar, e tantos outros programas. A Ministra considerou que uma das qualidades de José Graziano é a persistência. Em função dessa persistência, o Brasil conseguiu avançar muito nas políticas públicas e trouxe para o centro da agenda do Governo o tema da fome e da segurança alimentar; e o combate à fome como centro das políticas públicas, não só das necessidades do povo brasileiro. Falou da importância de se ter construído primeiro uma grande agenda dentro dos oito anos do mandato do Presidente Lula no que tange ao combate à fome; e agora a construção da sequência de um conjunto de políticas públicas que abordam o tema.*

Ponderou que além da alegria e da honra de ter Graziano na FAO, isso aumenta a responsabilidade brasileira na agenda global e na construção das agendas multilaterais, na colaboração e cooperação com os demais países e na parceria e na construção da agenda da FAO. Conclamou a todos a estarem ao lado de Graziano nessa missão que ele assume agora, que certamente aumenta muito a expectativa de todo mundo de que o Brasil possa, agora na FAO, a expectativa de que Graziano possa repetir na FAO o que fez nas políticas públicas brasileiras. Concluiu parabenizando o Brasil e Graziano pela eleição. A Ministra Tereza Campello teve que se ausentar da reunião para cumprir agenda de trabalho no Espírito Santo. 10h25 - Saudação – José Graziano da Silva – recém-eleito Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, começou sua fala agradecendo a todos pelas homenagens, e considerando sua vitória, uma vitória coletiva, e, portanto, todos são responsáveis pelo cargo dele na FAO. Solicitou que não o deixem só e que as tarefas exercidas naquele organismo sejam divididas com todos. Disse que a expectativa que o Brasil representa hoje no mundo é de encontrar um novo caminho de desenvolvimento, posto que nosso País seja considerado uma ponte entre os países desenvolvidos e o novo processo de desenvolvimento, e apresenta uma proposta diferente das crises que transmitem hoje os países desenvolvidos. Falou da coletividade e participação de todos na campanha para a eleição da FAO, quando ele conquistou sua vitória com 92 contra 88 do outro candidato, dos 180 países envolvidos. Isso não se deve somente a uma divisão Norte e Sul do mundo, segundo Graziano, mas ao que o Brasil representa hoje no mundo, e o reconhecimento das políticas brasileiras de combate à fome. Graziano lembrou que Lula, quando da instituição do Consea, determinou que a experiência do CONSEA fosse multiplicada no mundo todo. Graziano disse que o Brasil precisa de uma nova institucionalidade, visto que deixou de ser um País receptor de ajuda internacional e passou a ser um País doador. Nesse contexto, Graziano considerou que o Brasil tem pelo menos quatro níveis de institucionalidade muito importante: cooperação internacional, a Companhia Nacional de Abastecimento, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a cooperação dos Ministérios, que tem que ser mais efetiva. Finalmente, falou que a FAO é um clube de países, com 191 sócios voluntários, um Conselho Executivo e um Secretariado. Graziano foi eleito para ser Secretário-Executivo da FAO. Em seguida, passou a dar maiores detalhes sobre os trabalhos executados naquele organismo, que tem como principal mandato a alimentação e a agricultura. Contudo, acumula 4 missões: conhecimento (estudos, pesquisas, estatísticas, publicações), fórum neutro e mais democrático, função normativa (Codex Alimentarius), e presta assistência em políticas públicas aos países membros. Segundo Graziano, tem países que querem que a FAO se torne um órgão apenas normativo e deixe de prestar assistência em política aos países. Essa é a grande divergência em torno da FAO, por duas razões: uma, que os países desenvolvidos têm capacidade de prestar essa assistência, e gostariam de substituir a FAO nesse papel. O segundo motivo é econômico, pois é caro manter a estrutura de hoje, com um escritório da FAO em cada País, e sua grade burocracia. Graziano solicitou que o CONSEA deveria ter uma preocupação em ter um site em inglês, e publicar informações em outras línguas. José

Graziano conclamou a todos para o que chamou de revitalização Josué de Castro, que tinha como ideia fundamental de que não há cidadão com fome, a de erradicação da fome com a participação da sociedade. Considerou que o Consea tem a obrigação de levar esse pensamento ao mundo. Agradeceu a homenagem e a possibilidade de estar no Consea. Disse que pretende volta a este Conselho em outras oportunidades, e que se sente em casa aqui. Espera contar com todos para poder desempenhar seu papel na FAO. Renato Maluf agradeceu a todos que compareceram neste momento da Plenária. E registrou que o Ministro-Chefe da Secretaria da Presidência, Gilberto Carvalho, não pôde concluir a agenda com a Presidenta Dilma em tempo de estar nesta cerimônia. (Aconteceu um momento de confraternização e fotos com José Graziano). Composição da 2ª Mesa: Renato Maluf; Ministro Alexandre Padilha, Ministério da Saúde; Antônio Ricardo Domingos da Costa (Dourado Tapeba), Coordenador da CP6; Marília Leão, Coordenadora da CP1/3 e Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS. Deu-se continuidade aos trabalhos com o Ponto de Pauta 4. Papel da Saúde no alcance da Segurança Alimentar e Nutricional – Ministro Alexandre Padilha – Ministério da Saúde – 11h00 às 13h: Renato Maluf registrou que o Consea tem um modo de proceder: ao construir sua agenda, primeiramente faz uma interlocução com o determinado Ministério (juntamente com sociedade civil e Governo dos setores envolvidos), quando são mapeadas questões. Depois é solicitada uma audiência com o Ministro(a) envolvido, momento em que são apresentadas questões pertinentes ao assunto a ser tratado. Após isso, é feito convite ao Ministro(a) para vir à Plenária do Consea, para um momento de construção de compromissos. Na Plenária o Ministro(a) faz seu pronunciamento; em seguida, são feitos dois pronunciamentos em nome do Consea; depois a Plenária se manifesta. Finalizando, a palavra volta à Mesa. 11h00 – 11h45 – Apresentação do Ministro Alexandre Padilha, do Ministério da Saúde, agradeceu à disposição do Consea enquanto órgão principal de discussão da Política de Segurança Alimentar do Brasil e por acompanhar os compromissos do conjunto das ações do Ministério da Saúde, que possam ter interface com o tema da Segurança Alimentar. Essa é uma contribuição bastante valiosa, segundo o Ministro Padilha. Informou que no segundo semestre deste ano irão acontecer movimentos no campo da saúde, considerados decisivos para inaugurar um novo capítulo na saúde global, que são: Assembléia Geral da ONU e Reunião de Alto Nível da ONU, que pela terceira vez na história terão a saúde como tema principal da reunião dos Chefes de Estados, sendo tratada a questão das doenças crônicas não transmissíveis. Nos anos 80, foi tratado o tema da erradicação da Poliomielite. Nos anos 2000, foi tratado o enfrentamento da AIDS. O Ministro passou a relatar diversas doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade, o tabagismo, e seus possíveis enfrentamentos. Fez um chamamento ao papel dos homens no estímulo ao aleitamento materno, e informou que o Brasil é o país que tem a maior rede de bancos públicos de leite humano do mundo. Registrou que o tema da Segurança Alimentar está entrando com força política muito grande, do ponto de vista de ajudar a articular atividades de promoção e prevenção à saúde. Falou que o MS ficou três meses discutindo com a sociedade um Plano Nacional de Doenças Crônicas não Transmissíveis para o Brasil, que, em parte, deverá ser apresentada na

Conferência da ONU, e em parte, fazer um processo de pactuação com os Estados e Municípios. Informou sobre o novo instrumento do Sistema Único de Saúde, decretado e assinado pela Presidenta Dilma, com sugestões que regulamenta a Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990, que dispõe sobre o SUS. Esse Plano Nacional de Doenças Crônicas não Transmissíveis para o Brasil está em consulta ampliada com várias entidades, Ministérios, Estados e Municípios. O Ministro mencionou a atualização Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que já teve um debate na Tripartite. O esforço do MS é terminar o ano de 2011 com essa Política pactuada no espaço da Tripartite. Vários esforços foram realizados para a pactuação da nova Política de Atenção Básica. Passou a dar informações de como funciona essa Política. O Ministro passou a relatar outros trabalhos envolvendo redes como a Rede de Urgência e Emergência, Rede de Atenção Materno Infantil, Rede Atenção ao Câncer de Mama e de Colo de Útero e Rede de Saúde Mental. Outro tema importante que o Ministro pediu ao Consea que acompanhe e monitore é o acordo com o conjunto das indústrias de alimentos de varejo construído com o MS. O Ministro falou sobre o debate da regulamentação de publicidade de alimentos. Falou que para o conjunto do Sistema Único de Saúde, é um ganho muito grande ter o Consea mais próximo do processo de monitoramento e acompanhamento, seja dos compromissos tirados nesta reunião, seja do conjunto do Plano Nacional de Saúde, aprovado no Conselho Nacional de Saúde ou de outras políticas. Passou-se às manifestações do Consea 11h45 – 12h15 – Contribuições do Consea – Marília Leão (coordenadora da CP1/3) e Dourado Tapeba (coordenador da CP6): 1) Marília Mendonça Leão, começou sua fala agradecendo a presença do Ministro Padilha nesta reunião. Falou que o campo da Soberania e Segurança Alimentar envolve setores de produção, comercialização e hábitos de consumo da alimentação da população, envolvendo também uma intersectorialidade com toda sua complexidade. Disse que foi esse tema que o Consea trabalhou para tentar influenciar na forma como a sociedade e Governo se organizam para prover políticas públicas. Uma missão importante do Consea, segundo Marília, é atuar de maneira crítica na correlação das forças políticas e econômicas da sociedade brasileira, se atendo à dimensão, produção e acesso aos alimentos e às ações que garantem os direitos conquistados pela Nação. O Consea entende que esses direitos podem ser garantidos através da produção e acesso aos alimentos. O Brasil tem hoje dois modelos de produção agrícola: monocultura em larga escala, com utilização extensiva de fertilizantes químicos e agrotóxicos, voltada basicamente à exportação; e Agricultura Familiar de pequena escala, com produção diversificada de alimentos básicos, voltada basicamente ao abastecimento interno. Sendo que 70% dos alimentos consumidos no Brasil são cultivados pela Agricultura Familiar. Segundo Marília, o Consea sabe dos desfechos de um modelo agroalimentar que produz alimentos que adoecem a população, portanto, considera importante tratar do tema com o Ministro da Saúde. O objetivo superior do Consea é defender uma alimentação adequada e saudável para o povo brasileiro, promovendo, assim, a saúde pública, uma vez que para garantir o direito humano à alimentação é essencial ter-se saúde. O uso negligente e inoportuno de agrotóxicos faz muitas vítimas fatais no Brasil. A Conselheira apresentou proposições

ao Ministro da Saúde sobre alguns temas: a) Atualizar e republicar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição -PNAN, até fim de outubro de 2011, antes da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e da Conferência Nacional de Saúde. b) A Atenção Nutricional precisa fazer parte da agenda programática das Redes de Atenção à Saúde e da Estratégia à Saúde da Família. A Conselheira reconheceu o papel estratégico do MS no SISAN, na CAISAN e no Consea, fortalecendo as ações de saúde e nutrição previstas no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Solicitou ao Ministro da Saúde que garanta as ações colocadas no Plano Plurianual, que essas e seus orçamentos sejam efetivamente executados. Com a publicação do Decreto 7.272, que regulamenta a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, disse que foi definido um prazo para elaboração do Plano Nacional Segurança Alimentar e Nutricional, que será aprovada até o final de agosto deste ano. Nesse sentido, é importante o Ministério da Saúde fazer com que as ações previstas nesse Plano cheguem às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Outra questão preocupante são os problemas de saúde relacionados às carências nutricionais específicas por micronutrientes. A Conselheira disse ser vergonhosa a situação do beribéri no Maranhão, assim como as carências nutricionais específicas. O Plano Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade é uma agenda que deve ser intersectorializada por vários Ministérios. Segundo Marília, o Plano de Controle das Doenças Crônicas não Transmissíveis é muito importante e que também pode e deve ser feito em conjunto com os outros setores, não só com o MS. A Conselheira solicitou um tratamento especial ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle de Obesidade. Falou da importância dada pelo Consea para os recortes e programas específicos a segmentos da população que precisam de atenção especial e específica, como povos indígenas, populações negras, comunidades tradicionais e população rural. A democracia na Saúde precisa se expressar com mais atenção diferenciada a esses segmentos da população, disse ela. Falou da importância de se reforçar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. O SISVAN ajuda a reforçar a qualidade da atenção primária à Saúde, instrumentaliza para o diagnóstico precoce e para prevenção da obesidade e é um instrumento de organização das ações de alimentação e nutrição. Considerou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA precisa ser bastante fortalecida para qualificar sua atuação no que diz respeito à regulação de alimentos e controle de resíduos dos agrotóxicos. É imprescindível um maior controle por parte do Estado Brasileiro no registro e na revisão dos atuais registros de agrotóxicos e o controle de produtos que não são permitidos no Brasil. Entregou ao Ministro Alexandre Padilha duas Exposições de Motivos, aprovadas em outros momentos deste Conselho, que falam sobre agrotóxicos, sobre a liberação do feijão do transgênico e sobre os impactos da sulfonamida e do sulfonato de perfluorooctano na saúde humana e ambiental. Outro ponto colocado pela Conselheira diz respeito à importância da discussão e elaboração de um Código de Ética e Conduta para relação público-privada nas ações de promoção da saúde em geral e da alimentação saudável. Esclareceu que o Consea tem clareza do papel do setor privado na produção de alimentos, e não pode fechar os olhos para isso, achando que não pode fazer

discussões e debates com esse setor. Não dá para eliminar esse setor simplesmente. O Estado Brasileiro precisa ser forte e estar organizado para enfrentar e fazer regulação que esse setor precisa. Os alimentos produzidos pelo modelo agroexportador ou pela indústria de alimentos precisam respeitar e promover a saúde. A regulação de alimentos precisa ser feita de maneira competente, qualificada e negociada entre todos os setores. O Estado Brasileiro, representado pelo Ministério da Saúde, não pode associar a sua imagem de guardião da saúde pública a empresas privadas que sabidamente comercializam alimentos não saudáveis. Falou da importância de se caracterizar um conceito de conflitos de interesses entre Governo e indústrias de alimentos, e não formalizar parcerias com setores ou empresas violadoras de direitos e produtoras de doenças. Os desafios são grandes, mas o Consea confia na capacidade política e administrativa do Ministro da Saúde para enfrentá-los. 2) Antonio Ricardo Domingos da Costa (Dourado Tapeba), se solidarizou ao documento apresentado por Marília Leão. Fez uma retrospectiva da saúde indígena brasileira desde 1994, quando foi criado o Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena – NISI. Após o término deste, foi implantado o Distrito Sanitário Especial Indígena, em 1999. De 2000 a 2007, com a gestão de Ubiratan Pedrosa, na Fundação Nacional de Saúde – Funasa, houve avanços fortes na questão da saúde indígena nas aldeias. Depois retrocedeu por conta de corrupções à época, dentro dos Ministérios, com desvios de recursos. Nessa época, o Fórum de Presidentes do Conselho Distrital Permanente fez recomendações para subsidiar o Departamento de Saúde Indígena – DESAI (hoje Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai). Após dificuldades, se observou que a saúde pública indígena não poderia ficar na FUNASA. A partir da 3ª Conferência Nacional de Saúde, os povos indígenas propuseram, com apoio dos profissionais de saúde, a criação de um organismo específico para tratar da saúde indígena em nível da Presidência da República ou do Ministério da Saúde, posto que a FUNASA não mais estivesse com pernas para segurar a saúde indígena. Após discussões, foi decidido um fortalecimento da FUNASA e não a criação de outro organismo. Após quatro anos, não se viu esse fortalecimento. Em 2008 foi criado um fórum para discutir se realmente a saúde indígena tinha que sair da FUNASA. Assim, foi criada a SESAI. A SESAI ainda não evoluiu nos seus trabalhos. A partir da criação da SESAI, foi colocado um prazo de 180 dias para que a FUNASA repassasse todos os recursos e patrimônios para a SESAI. Isso não aconteceu. Assim, os vários contratos que tratariam do saneamento, mantimentos, alimentos para casas de apoio e recursos humanos ficaram parados. Os Distritos, hoje, são autônomos, mas não têm o direito de usar os recursos que têm. A maior parte dos recursos continua na FUNASA. Dourado sugeriu que a SESAI e o MS façam uma discussão com o Ministério do Planejamento e FUNASA para que os contratos sejam repassados o mais rápido possível para a SESAI, e que os recursos financeiros que estão nos Serviços de Atenção Integral à Saúde - SAIS vão para o Fundo da SESAI. Segundo Dourado, para a SESAI e Distritos funcionarem com qualidade, é preciso que os 802 candidatos aprovados em concurso sejam efetivados. Até agora apenas 280 foram chamados. Dourado informou que tem morrido muitos índios. E sugeriu ao Ministro Padilha que olhe o Inquérito Nacional Nutricional dos Povos Indígenas do Brasil e que

o MS faça um levantamento, por aldeia, sobre a saúde indígena brasileira. Pediu ao Ministro que intervenha no fortalecimento dos Pólos-Base, e implemente a participação indígena em cada Distrito. Quanto à questão dos medicamentos, apelou ao MS que este faça convênios com farmácias para que os índios tenham acesso a medicamentos. Concluiu sua fala, dizendo acreditar muito na força de vontade e na Presidente Dilma Rousseff, considerando que o Brasil sem Miséria é um plano que realmente vai melhorar a situação o povo brasileiro, especialmente dos povos indígenas. Solicitou a ajuda de todos, e do Consea, não só na questão alimentar, mas também na questão da terra e da saúde para os povos indígenas. Em seguida, a Plenária se manifestou quanto ao tema em pauta, propondo que a Saúde seja tratada na IV Conferência; solicitando apoio institucional para os profissionais de nutrição e saúde que estão nos rincões brasileiros; apresentando manifestações sobre o Documento que Marília Leão apresentou. Várias solicitações foram feitas ao Ministro Padilha, dentre elas, um olhar especial às mulheres indígenas do Norte do País. O Conselheiro Pedro Kitoko apresentou foto de uma Conselheira do Consea infectada com pesticida piretróides, que, ao ir participar de uma Conferência Municipal de Segurança Alimentar no Estado do Espírito Santo, cruzou com um avião pulverizando lavoura com aquele produto. A fala retornou ao Ministro Alexandre Padilha que disse ter muita clareza das várias posições levantadas aqui. A partir dessa identidade, é importante reforçar cada vez mais uma relação mais duradoura e presente do MS, do Conselho Nacional de Saúde, do Plano Nacional de Doenças Crônicas, do Plano Intesetorial de Controle e Prevenção de Obesidade com as várias iniciativas do Consea, no monitoramento, implementação e debates. Disse que o papel do Controle Social é decisivo no acerto das políticas no conjunto do SUS. Falou em aproveitar ao máximo a Conferência da ONU, em setembro, e a capacidade que isso tem de mobilizar e interferir nas questões econômicas relacionadas à Segurança Alimentar e no impacto disso na saúde. Outra oportunidade é 14ª Conferência Nacional de Saúde. Falou que o compromisso que todos têm em incidir sobre um espaço do SUS passa pela participação de todos nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde é fundamental. Disse que o Inquérito Nutricional dos Povos Indígenas foi divulgado. Contudo, falou da necessidade de reforçar sua divulgação como um dado fundamental. Informou que os contratos que a FUNASA tem, são contratos que ela já tinha, e que estão sendo refeitos concursos e repensando formas de contratação. Um marco considerado pelo Ministro foi a transformação dos Distritos em autônomos. Disse que reconhecer os Distritos Sanitários Especiais Indígenas como um espaço autônomo é reconhecer que o território da população indígena não é Município ou o Estado, necessariamente. Falou que passos importantes em relação à consolidação da Secretária Especial de Saúde Indígena serão feitos. Informou que o MS foi o único Ministério que criou uma Secretaria Especial de Povos Indígenas, e que para o orçamento de 2012, que será encaminhado ao Congresso Nacional, os recursos que estavam na Secretária de Atenção à Saúde vão todos para a SESAI. A SESAI irá controlar todos os recursos que estão relacionados aos povos indígenas. O MS tem um papel decisivo no debate sobre o modelo de produção agroalimentar no País. O MS tem o objetivo de fortalecer, encorajar e dar segurança à

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA *no processo de registros, cancelamento de registro e diretrizes para as vigilâncias Estaduais e Municipais no que diz respeito a produtos agroalimentares.* Disse que o MS, afora o Consea e o MDS, é o Órgão que mais fala de alimentação no País e o impacto que isso tem para a saúde. Falou que na nova modalidade de Atenção Básica, a Qualidade da Atenção Básica, um dos quesitos é o SISVAN. O SISVAN, através do Rede Cegonha, dará informações em relação às mães beneficiárias do Bolsa Família. Mencionou várias ações do MS, como formação, capacitação, ensino à distância, formação de equipes, dar incentivo financeiro a equipes de saúde nos municípios. Falou que o MS fez um Código de Ética sobre Parcerias, e esclareceu que não foi ele, Ministro Padilha, que iniciou a parceria com o Mc Donald's. Essa parceria já existe desde 2007. Disse ser bom o MS ter um Código de Ética em relação ao que significa ter parcerias, cancelar ou associar a imagem de qualquer órgão de defesa de hábitos saudáveis a outras práticas que esse setor privado possa ter. O Ministro falou que fez uma reunião com várias entidades religiosas sobre a questão de se discutir o DST/AIDS nos cultos ou em outros eventos religiosos. Disse que esse é um debate necessário, e o Plano Nacional de Doenças Crônicas estabelece isso como um dos temas. Por fim, agradeceu os vários elogios à atuação do MS, tanto na discussão do PPA quanto no Consea. Disse que o MS é o primeiro interessado em enfrentar e dar prioridade às questões relacionadas à segurança alimentar. Quanto ao questionamento sobre parcerias do MS com OSCIPS e Fundações, se essas rompem os princípios doutrinários do SUS, o Ministro disse que esse é um debate que deve ser feito, fundamentalmente na defesa do espaço público, não permitindo que qualquer espaço público seja utilizado por qualquer espaço privado. Convidou todos os presentes a participar de todas as etapas municipais e estaduais da Conferência Nacional de Saúde. Renato Maluf agradeceu a presença do Ministro Padilha e disse que o Consea há algum tempo já pratica a abordagem não agressiva, para manter a oportunidade do diálogo. Alertou ao Ministro que o resultado deste debate irá ser transformado em Exposição de Motivos, que após será dirigida à Presidência da República e à CAISAN. Disse também que como o SUS já algum tempo enfrenta esse debate do público/privado, o Consea também está enfrentando esse debate na construção do seu Sistema. INTERVALO ALMOÇO – 13h a 14h; Composição da 3ª Mesa: Renato Maluf, Maya Takagi e Michele Lessa – Coordenadora do Consea Nacional. Dando continuidade aos trabalhos, na parte da tarde, Renato Maluf apresentou o Ponto de Pauta 2. Informes – 09h10: 1) Dia 02/08/2011 foi feito o relançamento da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional, no Auditório do Congresso Nacional, sob a presidência do Deputado Nazareno Fonteles, com a presença de Conselheiros do Consea e diversos Parlamentares. 2) Dia 29/06/2011 aconteceu uma Audiência Pública sobre o substitutivo do PL Abastecimento, sendo o Consea representado por Marília Leão. 3) Foi distribuído um questionário feito pelo IPEA, sobre Institucionalização da Participação Social no Brasil, para os Conselheiros preencherem. 4) Todos os Estados já receberam os folhetos sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, elaborado pela CP4. Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, informou que o Jornal do MDS sobre a IV Conferência já foi

lançado e está sendo distribuído. O mesmo será enviado a todas as Conferências Estaduais e também ser distribuído na IV Conferência Nacional. Renato Maluf parabenizou as Comissões Permanentes 1/3 pela apresentação feita na parte da manhã, quando foi tratado o Papel da Saúde no alcance da Segurança Alimentar e Nutricional. Marília Leão informou que o documento será transformado em Exposição de Motivo e disponibilizado a todos. A Plenária aprovou o conteúdo do documento, com contribuições, e transformação do mesmo em EM. Passou-se ao Ponto e Pauta 5. Deliberações sobre encaminhamentos das CP's e GT's – 14h: 1) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada - Elisabetta Recine informou que a Secretaria Executiva do Consea tem o formato do folheto da campanha Faça Valer, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Desdobramento da Emenda Constitucional, para reprodução. Solicitou que redes, entidades, associações e Conseas Estaduais, que puderem, reproduzam o folheto e o distribuam o máximo possível, pois a capacidade de impressão do CONSEA Nacional foi pequena. 2) Grupo de Trabalho Abastecimento - Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite apresentou os trabalhos do Grupo: a) Constituição do GT CONSEA/Condraf para o monitoramento do Plano Safra da Agricultura Familiar. b) Propôs incluir na pauta da Plenária de setembro o tema da Vigilância Sanitária do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). c) O Comitê Consultivo da Alimentação Escolar constituiu o GT de Regulamentação da Legislação e o GT da Vigilância Sanitária. d) Falou da importância de diálogos com os laboratórios das Universidades Públicas para exames da qualidade de alimentos. e) Solicitou ao Consea fazer mediação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a questão da qualidade de alimentos fluir mais dentro do Governo. f) Foram retomadas as atividades do Congresso Nacional, portanto, assim, também, serão retomadas as atividades quanto ao PL Abastecimento. g) Foi tratado no GT o Projeto de Lei do PAA. h) Foi apresentada e discutida a experiência da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos. Uma rede de varejistas, apoiada pelo Governo Federal, visando a saída dos monopólios dos grandes mercados. O GT solicitou ao Consea que encaminhe recomendação aos Ministérios envolvidos com a questão para que no PPA esse assunto seja priorizado e apoiado pelos Governos. Maya Takagi esclareceu, quanto à divergência do Ministério da Fazenda apresentada por Carlos Eduardo sobre a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar, que é porque tem uma segunda atuação que a Conab quer fazer para ampliar a atuação da REFAP, para se poder comprar e vender, que está sendo discutido o melhor modo de operacionalização disso. Encaminhamentos: 1) Vigilância Sanitária na pauta da Plenária de Setembro: a Mesa Diretiva avaliará e definirá o assunto. 2) Exposição de Motivos aos Ministérios sobre Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básico: Aprovado. Carlos Eduardo Leite reforçou a aprovação feita na última Plenária do Consea do GT Conjunto CONSEA/Condraf. O GT do CONSEA está propondo ampliar a composição com a representação dos Movimentos de Mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais. 3) Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas - Letícia Luiza apresentou os temas tratados na reunião da CP6: a) Foram definidos Letícia e Antonio Ricardo Domingos da Costa como representantes do

Consea no Encontro de SAN das Populações Negras e dos Povos e Comunidades Tradicionais no Espírito Santo. b) Foram definidos Letícia Luiza e Antonio Ricardo Domingos da Costa como representantes da CP6 no Encontro Nacional de SAN no Contexto da Política de Desenvolvimento Urbano. 3) O Consea convidar a 6º Câmara e o Presidente da FUNAI para uma reunião, na FUNAI, sobre o GT Dourados; 4) Convidar Renata Oliveira, do PNUD, para o Encontro Nacional de SAN no Contexto da Política de Desenvolvimento Urbano; 5) Convidar dois representantes indígenas da América Latina para a IV Conferência. Renato Maluf informou que participará de uma reunião das Agências Internacionais sediadas no Brasil (PNUD, OPAS, UNICEF, FAO e OIT) que acontecerá dia 11/08/2011, quando ele agradecerá o apoio destas na realização do treinamento de delegados indígenas para a IV Conferência, que acontecerá nos dois dias que antecedem a Conferência. E também pedirá o apoio das mesmas para trazer convidados indígenas de que tratou Letícia Luiza para a IV Conferência. 4) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento – Edécio Vigna informou que: a) O Consea terá que indicar 4 participantes para a Comissão de Transição. Foi solicitado prazo de uma semana para tratar do assunto nas bases e indicar os Conselheiros. Preferencialmente, quem participar da Comissão deverá sair do Consea. b) O Consea indicar 2 representantes para o Encontro Nacional de Populações Negras e Comunidades Tradicionais. Edécio Vigna foi confirmado para participar do Encontro. c) Selvino Heck se candidatou para participar do Encontro Nacional de SAN no Contexto da Política de Desenvolvimento Urbano. d) O Consea não faz parte da Comissão de Organização da Rio mais 20. Portanto, este Conselho deve solicitar à Ministra Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que abra um espaço para o Consea integrar a Comissão Organizadora já na reunião do dia 19/08/2011. Esta reunião é aberta, contudo só os integrantes da Comissão podem falar. e) Convidar Pedro Pontual, da Secretaria Geral da Presidência da República, para participar da próxima reunião da CP2, quando será tratada a participação da Sociedade Civil na Rio Mais 20. f) Convidar o representante do DPAD/MRE para realizar uma atividade integradora sobre a Rio Mais 20, na IV Conferência Nacional. g) O GT Agricultura, que será pauta da Plenária do CONSEA de 14 setembro, está formado pelo Consea, Governo e acadêmicos. As reuniões preparatórias para a Plenária acontecerão dias 08, 16 e 22/08/2011. 5) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais -José de Ribamar de Araújo e Silva a) Apresentou as dificuldades no que diz respeito ao financiamento de passagens para a IV Conferência. b) Foi ratificada a indicação de Ana Lúcia Pereira (Agentes de Pastoral Negros) para a Comissão de Transição. Foram sugeridas alterações na metodologia da Comissão. c) Informou que deverá ser apresentada na Comissão Integradora da Rio Mais 20 uma pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional dos quilombos titulados, como também uma apresentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar Quilombola - PNAQ. d) Pedro Kitoko e Raimundo Comanangi participarão do Encontro Nacional do SAN no Contexto da Política de Desenvolvimento Urbano. e) Divulgou a publicação Pescado de Segurança Alimentar e Nutricional - Dicas para o Consumidor. Sugeriu a adaptação do

livro, juntamente com o Ministério da Pesca, para uma publicação nacional. f) Está sendo elaborado um debate sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Renato Maluf esclareceu que a Avaliação da Situação de SAN nos quilombos titulados e a apresentação do PNAQ, propostas para serem apresentadas à Comissão Integradora da Rio Mais 20, a questão não passa pela Plenária. Deve-se preencher um formulário, disponível na Secretaria Executiva do Consea, para que a Comissão Organizadora encaixe na programação da Conferência. Maya Takagi informou que a Rio Mais 20 está sendo coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente. Sendo que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome está coordenando o tema social; o Ministério da Fazenda, coordenando o tema econômico, e o MMA, coordenando o tema ambiental. Informou também que o MRE solicitou que esses três Ministérios façam um documento de referência nos temas da Rio Mais 20. Passou-se ao Ponto de Pauta 8. Informes sobre a preparação da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Comissão Organizadora da 4ª Conferência - 17h às 17h30 - Gleyse Maria Couto Peiter deu informações sobre o andamento do processo das Conferências. Disse que está acontecendo uma intensa mobilização desde que começou o processo de realização da IV Conferência, sendo alcançados grandes resultados. Disse também que:

- a) Dia 02/08/2011 foi realizada uma videoconferência, no Interlegis, com a participação de 17 Estados e o Distrito Federal, com mais de 100 pessoas. Momento em que foram tiradas dúvidas sobre a Conferência.
- b) Mais de mil municípios e mais de 25 mil pessoas já foram envolvidos no processo da Conferência.
- c) A etapa estadual começa em agosto e setembro deste ano.
- d) Os encontros temáticos não elegem delegados. Estes são eleitos nas Conferências Estaduais. O encontro temático é feito para aprofundar questões específicas.
- e) Os documentos de apoio estão sendo ou já foram enviados para todos: Manual Orientador, Documento de Referência e Documento Base (este em construção).
- f) Os Comunicados sobre documentos que voltarão da Conferência e sobre atividades integradoras que acontecerão na Conferência estão sendo enviados aos envolvidos.
- g) Todos os Conselheiros, Conselheiras e Suplentes já são eleitos delegados natos. Os outros Delegados serão eleitos nas Conferências Estaduais.
- h) Foi solicitado esforço dos Conselheiros na mobilização para cumprimento das cotas de representação.
- i) O edital para realização da Conferência está em andamento, e dentro do prazo.
- j) A Secretaria Executiva do CONSEA mandou um questionário para todos os Estados para saber quais dificuldades, avanços e resultados identificados. A partir do resultado desse questionário, consultores já contratados para cuidar de determinado número de Estados, tentarão resolver os problemas encontrados e ajudar para que as Conferências sejam bastante representativas e produtivas.
- l) A Comunicação tem sido relevante em relação à Conferência, que ajuda e provoca grande mobilização para um bom resultado e muita participação.
- m) Solicitou que os Conselheiros mandem ideias de textos para divulgar os trabalhos realizados por eles.
- n) Solicitou aos Conselheiros prestar atenção nos Comunicados, que são os meios de informação dos andamentos de tudo sobre a IV Conferência. Renato Maluf reafirmou a importância de os Conselheiros e Conselheiras nacionais se envolverem nas Conferências dos seus respectivos Estados, com

contribuições e sugestões. Registrou que no passado, por várias vezes, o Consea Nacional recebeu queixas de Conseas Estaduais de que os Conselheiros Nacionais não se envolvem muito com a dinâmica estadual. Ressaltou que em condições extremas, a Plenária deve ser consultada, contudo, a Comissão Organizadora é a legitimada para cuidar de questões referentes à IV Conferência. Renato Maluf salientou que esta é uma Plenária marcante, visto os temas hoje tratados, como a homenagem a José Graziano e do Ponto de Pauta a seguir 6. Informe sobre o processo de elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS - 15h - Onaur Ruano, Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), informou que este ponto de pauta foi colocado nesta Sessão tendo em vista que o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional estava previsto para ser aprovado pelo Pleno Ministerial, em reunião que ocorreria dia 02/08/2011. Contudo, houve alteração no calendário. Ruano informou, no entanto, que circulou uma versão do Plano, após a Oficina ocorrida nos dias 19 e 20, da qual fez um breve relato. Informou que aconteceu a instituição, no Plano Executivo da CAISAN, de um Comitê Técnico, com representação de 14 Ministérios e mais duas representações da Sociedade Civil no CONSEA. Informou que nas reuniões realizadas pelo Comitê Técnico foram trabalhadas coletas de informações junto aos Ministérios, em diálogo com o PPA 2012/2015, que encerrou a parte quantitativa no dia 30/07/2011. Na véspera da Plenária passada do Consea, falou que teve a apresentação dos desafios e diretrizes para o PPA, em todas as Comissões Permanentes do CONSEA, e que foram apresentadas, discutidas, validadas e recolhidas contribuições ao Plano. E na 23ª Plenária foi apresentada a síntese do Plano. E o CONSEA apresentou sua posição de contribuição, a partir da que foram debatidas e coletadas contribuições das CPs. Disse que para a Oficina dos dias 19 e 20, também foram abertas mais 15 vagas para que a Secretaria Executiva do Consea indicasse Conselheiros Nacionais e Conselheiros de Conseas Estaduais. Na Oficina foram recolhidas contribuições importantes e deliberações de encaminhamento. Algumas dessas contribuições exigiam reuniões envolvendo dois Ministérios. Ruano informou que já foi concluído o processo de reuniões bilaterais, mas os consultores continuam trabalhando. E hoje está sendo fechado o conjunto de contribuições que surgiram. Alguns Ministérios não conseguiram concluir suas contribuições de imediato, portanto, a expectativa é fechar o documento até o final deste dia, e tê-lo sistematizado até dia 04/08/2011, e a distribuição do mesmo será a partir do dia 05/08. Ruano informou também que o documento que circulou nesta Plenária não incorpora informações obtidas após a Oficina. Dia 10/08/2011 está prevista a realização de uma reunião do Pleno Ministerial. A Secretaria Executiva da CAISAN está produzindo uma Nota Técnica com a síntese das orientações e destaques da proposta do Plano para que os Ministros possam identificá-los e aprofundar, caso queiram, no documento completo. Maya Takagi complementou, informando que uma das preocupações apresentadas na Oficina foi a questão de o Plano ser exequível e ao mesmo tempo ousado. José de Ribamar de Araújo e Silva anunciou a publicação da Cartilha de Consolidação do SISAN, e outra cartilha de bolso sobre o Marco

Regulatório. Onaur Ruano voltou a fazer uso da palavra e informou que após a assinatura do Termo de Adesão, os Estados ainda terão até 12 meses para elaborarem os seus Planos Estaduais. A Plenária se manifestou, fazendo observações ao ponto de pauta tratado e ao PPA. Renato Maluf mencionou que o processo de realização do PPA é um aprendizado para todos. E considerou-se satisfeito com o processo realizado. Esclareceu que o Plano Nacional de Segurança Alimentar será tratado na IV Conferência. Seguiu-se a reunião, sendo agora tratado o Ponto de Pauta 7. Instalação da Comissão de Transição do mandato do Consea – 16h: Renato Maluf esclareceu que os Conselheiros que participarão da Comissão de Transição devem, preferencialmente, não continuar sendo Conselheiros do Consea. Foi apresentada uma proposta de Resolução com orientações sobre a indicação de nomes para a Comissão de Transição do mandato do Consea, aprovada por este Pleno, após observações e propostas da Plenária. A comissão será composta por 9 membros da atual composição do Consea, sendo 6 Representantes da Sociedade Civil e 3 Representantes do Governo Federal. Até agora foram definidos pela Sociedade Civil: Renato Maluf, Presidente do Consea (como membro nato), Ana Lúcia Pereira, da CP6; José Divino Lopes, da CP1/3; Dulce Terezinha Oliveira Cunha. E pelo Governo Federal, a Ministra Tereza Campello (como membro nato). O prazo de conclusão da composição da Comissão de Transição será prorrogado até dia 16/08/2011, após diálogo com as bases e com as CPs. A Mesa Diretiva, em sua reunião, do dia 16/08, fechará a composição da Comissão. Após isso, será apresentada à Plenária, visando dar transparência ao processo. Em caso de as Comissões Permanentes não tiverem dinâmica própria para chegar às suas indicações, a Mesa Diretiva apontará os nomes para compor a Comissão. Em sendo fechados os nomes no dia 16/08, será feito um esforço para a realização da Comissão de Transição antes da próxima Plenária, em setembro, quando a Comissão apresentará o seu plano de trabalho. Em a Comissão concluindo sua proposta de composição ainda em dezembro, será encaminhada imediatamente à Presidência da República. O Consea, ainda que parcialmente, contribuirá com a composição e com a proposta de trabalho da Comissão. 9. Encerramento – 17h30: Renato Maluf, Presidente do Consea Nacional, encerrou as atividades do dia, agradecendo a presença e desejando bom retorno a todos.

Renato Maluf
Presidente

Márcia Lopes
Secretária